

FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA: O CASO DE NOVA PRATA DO IGUAÇÚ

Marta Luz Sisson de Castro – PUCRS

E-mail: msisson@puccrs.br

Introdução

Este trabalho desenvolveu-se no contexto do projeto Gestão da Escola Básica: Aprofundando Casos na Gestão da Educação Municipal¹. Os municípios foram selecionados para esta fase do estudo a partir de uma característica marcante identificada no processo de coleta de dados no projeto anterior. Nova Prata do Iguaçu localizado no Oeste do Paraná, chamou a atenção por ser o único município que apresentou propostas de formação e educação continuada dos professores na modalidade a distancia.

Formação de Professores e Educação a Distancia

A expansão da educação básica no Brasil e no mundo levou a uma escassez de professores qualificados para atender a um número crescente de alunos no mundo globalizado. Moon (2008) descreve os problemas numa dimensão internacional apresentando a formação a distancia como uma opção viável para atender essa demanda. A formação de professores de educação básica no contexto educacional brasileiro tem sido objeto de uma série de reformas pós LDB, visando adequar a formação às novas demandas estabelecidas pela legislação e ao novo contexto da sociedade da sociedade do conhecimento. O FUNDEF disponibilizou recursos para a formação de professores de educação básica pois havia a exigência de que todos os professores atuantes no ensino básico brasileiro tivessem formação de nível superior até o final de 2007.

Guiomar Namó de Mello (2000) discutindo a questão da formação do professor chama a atenção para estas dimensões, e especialmente para a criação de um consenso em relação as competências necessárias a este professor e as formas que a sociedade deveria desenvolver para avaliar estas competências de uma forma regular garantindo a profissionalização da função docente. Parte da necessidade de um consenso sobre tornar a formação de professor uma política nacional.

O segundo ponto de consenso deverá ser o credenciamento de cursos e certificação de competências.. É preciso que fique claro que, se a formação do professor deve ser uma política nacional, o credenciamento e a certificação também devem estar nesse âmbito, uma vez que os diplomas expedidos têm validade para todo o país um padrão de qualidade nacional, ninguém poderá ser professor se seu desempenho revelar competências profissionais inferiores ao padrão nacional; as diretrizes curriculares terão de assegurar princípios de organização pedagógica e curricular comuns para todo o país, qualquer que seja a região, o *locus* institucional ou a esfera federativa em que ocorra, aí

¹ Gestão da escola Básica: Aprofundando casos na Educação Municipal, financiado pelo CNPq, recebeu bolsas PIBIC-PUCRS e bolsas de Iniciação Científica da Fapergs no período 2007-2009.

incluídas as universidades, que, em sua autonomia, poderão dar cursos de formação de docente, mas que, no exercício do magistério, terão de oferecer aqueles que cumpram as diretrizes curriculares nacionais.(MELLO, 2000,p 108.)

A avaliação da performance do professor, e de sua competência para atuar como docente é praticamente inexistente no contexto educacional brasileiro, onde o fato de ter um diploma é aceito como garantia de competência profissional. De uma forma geral, pode-se dizer que as associações docentes assumiram um papel muito mais sindicalista do que profissionalizante e talvez este seja um dos problemas que precisamos enfrentar hoje em relação a formação inicial dos docentes.

As novas propostas de formação que surgiram a partir da LBD, enfatizaram a prática desde o início da proposta de formação. Também foram marcadas por uma definição federal de novas políticas de formação docente. Esta decisão de políticas em nível federal sem uma discussão mais ampla da classe dos professores e dos acadêmicos, e sem testagem e avaliação de propostas, tem levado aos mesmos problemas de sempre, políticas definidas de cima para baixo que enfrentam grandes problemas de implementação e que não são acompanhadas por processos avaliativos tendem a ter resultados negligenciáveis.

Associados a estes fatores, os salários dos professores de educação básica estão muito baixos e não estão atraindo os melhores recursos humanos para a área educacional, tornando a profissão docente uma das profissões com rendimento mais baixo das que exigem formação superior no Brasil, (Folha de São Paulo, 2009.).

Dados levantados no estudo anterior, Gestão da Escola Básica III::Teorizando sobre a Prática, realizado por esta pesquisadora e equipe (CASTRO, 2008), mostraram que vários fatores relacionados com a situação de trabalho do professor de educação municipal que tinham como objetivo melhorar suas condições de trabalho não tiveram o efeito esperado. A definição de um plano de carreira, a obtenção de um diploma de curso superior, a seleção para o cargo através de concurso, a implementação de programas de educação continuada/desenvolvimento profissional parecem não ter tido o efeito esperado na melhoria das condições de trabalho do professor municipal e no seu salário. Para exemplificar, o estudo após analisar a experiência de vários municípios sobre os programas de formação docente afirma que:

Pode-se concluir que embora a maioria dos professores esteja titulada esta formação se deu em cursos de final de semana, ou em cursos a distância oferecidos para todos os professores de um determinado município, tornando o repertório e conhecimento dos professores bastante homogêneo. Que os professores estejam titulados não deixa de ser um avanço mas a mera presença do diploma não garante a qualidade do docente. (CASTRO, 2008 p.5)

Estes resultados alertam para a complexidade da questão da política de formação de professores e seus efeitos na qualidade da educação. Uma das opções apresentadas por Moon (2008) para atender a necessidade de formação de professores em massa é a formação a distancia, esta opção também foi escolhida pelo Ministério da Educação com a criação da Universidade Aberta do Brasil. O argumento de Moon (2008) é de que

Mesmo com as mais recentes tecnologias da comunicação, que tem um status elevado, o aprendizado aberto e a distância costuma ser visto como segunda melhor escolha (Moon, 2000). O argumento central deste artigo é que essa percepção precisa mudar. Essa mudança é necessária não apenas porque, em muitos setores, existem poucas alternativas, mas também porque, em termos de qualidade, eficiência sustentabilidade, as novas formas de programas abertos e a distância tem uma melhor relação custo-benefício do que outras alternativas, mesmo tradicionais. (MOON, 2008, p.803-804)

A crítica é que os modelos tradicionais de formação são longos, demoram vários anos e não garantem que os formados se tornarão professores, além disso, são caros, e impossibilitam a oferta de um programa de formação em larga escala. Os cursos de formação oferecidos não preparam os professores para as dificuldades da prática, ou falham de uma forma ou outra em sua tarefa. Muitos cursos de pedagogia mantêm uma estrutura bastante tradicional, sem se preocupar com o que acontece na sala de aula.

Quando se discute diretamente a formação a distância, os argumentos apontam para problemas que são inerentes a própria metodologia. Alonso (2008) apresenta as contradições entre as TIC e as práticas escolares, mostrando que as duas estão orientadas por lógicas distintas e que a mera introdução de laboratórios de informática nas escolas não garante que as tecnologias digitais de comunicação passam a fazer parte do repertório de professores e alunos. Estudo realizado em escolas municipais do estado do Rio Grande do Sul (CASTRO, 2006), mostrou que o processo de inclusão digital depende de conhecimento, liderança e empreendedorismo da coordenadora do laboratório de informática no caso de sucesso. Na escola que não conseguiu implementar com sucesso o seu laboratório havia resistência, falta de conhecimento e certo grau de imobilidade dos atores. A preparação dos professores, e o fato de eles possuírem e usarem equipamentos digitais é fundamental para que eles passem a usá-lo como recurso didático adicional.

Transfere-se, desse modo, para as “mãos” dos envolvidos diretamente com as práticas escolares/pedagógicas a empreitada da transformação, cabendo-lhes recriar fazeres e saberes de lógicas estranhas e alheias a seu cotidiano. Evidentemente que o envolvimento dos professores e professoras nesta tarefa é fundamental, e a constituição dos significados sobre as TIC, do ponto de vista escolar e pedagógico, só poderá vingar com o envolvimento destes profissionais. O problema é que a incorporação das TIC no contexto escolar aparece como mais uma das pressões para alcançar os objetivos da qualidade na educação, constringendo mudanças, sobretudo no perfil profissional dos professores. Nesse processo, é necessário considerar as bases sobre as quais o “movimento” para o novo pode ser caracterizado. (ALONSO, 2008, p.756)

A definição de um programa de formação de professores utilizando a tecnologia das TICs que fundamenta e possibilita a educação a distância, aparece como extremamente problemática, pois o computador não faz parte do cotidiano do professor de educação básica que por sua condição salarial não tem ainda acesso a tecnologia digital, isto restringe a sua utilização dos recursos de informática disponíveis, além de todas as outras limitações relativas a questões de formação.

Além disto, o estabelecimento de rede, com vista ao trabalho pedagógico, aponta para entendimentos de uso das TIC muito contraditórios. As soluções vão desde o “ensino assistido por computador”, passando pela “alfabetização informática”, até a proposta de utilização das TIC como “ferramentas educacionais” (Ponte, 2000, p. 71-73). Cada uma dessas respostas carrega

competências diferentes para o professor: no primeiro caso, os atributos profissionais estariam vinculados ao de maximização dos objetivos educacionais, o computador se converteria em fonte de informação; no segundo, a maximização técnica do uso da máquina faria supor a introdução de novas disciplinas escolares, como “Informática na Educação”; e seu uso técnico seria o atributo principal. Por último, a idéia das TIC como recursos e instrumentos na e da aprendizagem implicaria o professor no rearranjo criativo, de nenhum modo intencional, do processo de ensinar e aprender. A criatividade surgiria como atributo, e as TIC seriam possibilitadoras de transformação das culturas escolares. (ALONSO, 2008, p.762)

No Brasil, a criação da Nova Capes e assunção pelo governo federal da política de formação de professores (ALONSO, 2008) excluí a participação dos professores na definição de sua própria formação e centraliza as decisões numa temática extremamente complexa na qual a diversidade de autores e perspectivas seria certamente desejável e enriquecedora. Barreto (2008), discutindo a proposta de formação de professores a distância proposta pelo MEC, enfatiza primeiro o papel mediador do tutor no ensino a distância e o caráter de massa na proposta federal. Dois conceitos são importantes nesta análise, a massificação e o barateamento da formação oferecida.

Sem ignorar as restrições que têm sido postas à formação de professores em geral, como a concepção de ensino desvinculado da pesquisa (Barreto,2002), o destaque aqui é a constituição de sistema paralelo supostamente mais democrático e, sem dúvida, mais defensável em termos de viabilidade econômica. Ou seja, o que está em questão é o “barateamento” desta formação, nos seus diferentes sentidos. (Barreto, 2008, p.930)

A qualidade da formação dos professores é essencial para a qualidade da educação a ser oferecida para a população, de uma forma geral, esta qualidade tem sido cada vez mais medida através de diferentes indicadores, sendo que atualmente o IDEB é a medida mais socializada e divulgada na media, tornando-se importante tanto do ponto de vista social como político.

Giolo (2008) enfatiza os riscos da opção federal de formação a distância dos professores e suas conseqüências para a formação presencial oferecida pelas universidades e outras instituições. A expansão da EAD no contexto brasileiro apresenta aspectos positivos de democratização, mas também aspectos negativos na medida em que, afeta, diretamente programas presenciais de qualidade que não conseguem concorrer com programas mais rápidos e mais baratos oferecidos na modalidade a distância. No Rio Grande do Sul, estamos acompanhando o caso da UNIJUI, uma universidade comunitária integrada com a comunidade com pesquisa voltada para o desenvolvimento social, esta universidade está sofrendo uma concorrência forte com o pólo da Universidade Aberta do Brasil estabelecida na região, além de outras instituições (CASTRO e SOUZA, 2009).

Todas essas condições contextualizam a experiência de formação e educação continuada de professores que estudamos em Nova Prata de Iguazú. Apresentaremos, inicialmente, dados sobre o município, uma breve descrição dos cursos de formação inicial e de pós-graduação oferecidos em Nova Prata, e as entrevistas realizadas com os professores de escolas municipais da localidade.

Características do Município

Nova Prata do Iguaçu é um município paranaense fundado em 1979. A cidade fica a 500 km de Curitiba e a 230 km de Foz do Iguaçu. Desde a década de 90, sua população está em constante decréscimo. Segundo dados de 2007, o número de habitantes não passava de 10 452. A maior concentração se encontra na faixa etária dos 10 aos 19 anos e na dos 25 aos 39 anos², idades em que, supostamente, se está estudando. O sistema educacional da cidade conta com aproximadamente mil alunos distribuídos em três escolas de ensino médio (Escola Professora Maria Welter, Escola Teotônio Vilela e Escola Tereza Onofre) e uma de ensino fundamental (Escola Cristo Redentor). Em 2007 o quadro de professores era composto por 123 docentes, sendo que 65,9% trabalham no ensino fundamental, 18,7% no ensino pré-escolar e 15,4% no ensino médio³.

Cursos oferecidos no município

Devido ao isolamento em relação aos grandes centros, os professores de Nova Prata do Iguaçu têm dificuldade de acesso a universidades. A saída encontrada pela Secretaria de Educação Municipal foram os cursos à distância. Através de parcerias com a Universidade Paraense (Unipar), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), União de Ensino do Sudoeste do Paraná (Unisep), Faculdade Vizinhança do Vale do Iguaçu (Vizivale), Curso Profissionalizante Professores Alfabetizados (Profa), Universidade Castelo Branco (UCB), Companhia Nacional de Serviços (CNS), Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), União Educacional de Cascavel (Univel) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O Curso Normal Superior (CNS) é o mais procurado e capacita os professores a atuar nas séries iniciais. A Universidade Federal do Paraná (UFPR) firmou convênio com Nova Prata do Iguaçu quanto a cursos técnicos à distância de secretariado, técnico administrativo, técnico em gestão pública, contabilidade e informática. Em 2005, a Secretaria Municipal de Educação organizou um congresso, com assessoria da UFPR, e trouxe para a cidade Celso Vasconcellos⁴, César Nunes⁵ e Valdemir Ribeiro⁶.

Na primeira visita realizada no município em 2006, a Secretaria Municipal de Educação descreveu que optou por um curso a distância pois havia muitos professores leigos que não tinha condições de realizar um curso presencial. Foi o primeiro município que mencionou a existência de programas de formação a distância na ocasião, a SME disse que só três dos seus professores não eram titulados, o resto não somente possuía curso superior como também tinha titulação em nível de pós-graduação. Comentando sobre os cursos a distância oferecidos em Nova Prata ela disse:

² Fonte: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acessado em 03/12/2008

³ Fonte: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acessado em 03/12/2008

⁴ Professor, coordenador pedagógico e gestor escolar. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, mestre em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

⁵ Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp; Professor de Filosofia da Educação da Unicamp; Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas (PAIDEIA) e presidente da ABRADES (Associação Brasileira de Educadores Sexuais);

⁶ Pedagogo. Especialista em educação e tecnologia de aprendizagem.

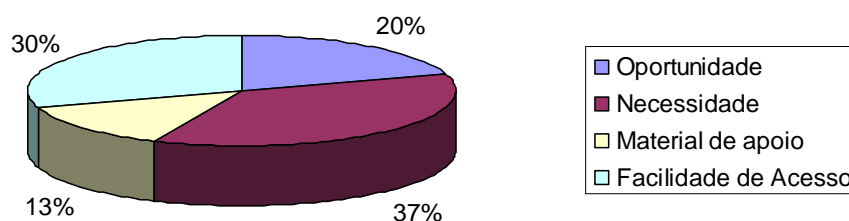
SME: É, esse aqui é através da Tele-aula, pela televisão, e esse convênio que nós temos com o IESE, também através de Tele-aulas, onde nós já formamos alguns professores na área de nível superior, curso normal superior. Temos uma turma funcionando, acho que tem uns dois, nem tem professores nossos mesmos, acho que tem duas na Educação Infantil só. Então tem o curso normal superior funcionando com 26 alunos.(Entrevista 1, SME, Setembro de 2006,p.6)

Além deste curso, foram oferecidos programas em nível de pós-graduação, na modalidade a distância e presencial, também foram oferecidos programas de educação continuada para os professores sob a forma de congressos e palestras oferecidos para todos os professores da rede com convidados e palestrantes de renome local e nacional.

Pontos Positivos

Através do exame e da categorização das entrevistas realizadas em 2008, conclui-se que o que mais incentivou os professores a cursar pós-graduações à distância foi a necessidade para atuar (ver gráfico 1)⁷. Com o decreto do Ministério da Educação (MEC) que institui a obrigatoriedade de curso de graduação para professores a partir de 2007, apenas o magistério não é mais aceito, fez-se a necessidade de voltar a estudar. Por fatores econômicos e de tempo, que serão comentados mais adiante, a opção da maioria dos professores de Nova Prata do Iguazú foi os cursos à distância. A secretária municipal de educação (SME) comenta que o EAD “foi uma forma de ‘cutucar’ essas pessoas que estavam paradas”, fazendo alusão a profissionais que, de acordo com seus dados, estavam há 20 anos sem estudar. Todos os professores entrevistados deixam transparecer que a retomada dos estudos foi agradável. “O curso ajudou em muito, tanto para o trabalho quanto na vida pessoal. Foi uma sistematização do que repetíamos no dia-a-dia sem saber o porquê”, comenta uma professora que cursou pós-graduação em educação especial pelo CNS e trabalha com deficientes auditivos, visuais e mentais.

Gráfico 1



⁷ Gráfico referente aos pontos positivos mais citados em entrevistas feitas em 2005 com professores de Nova Prata do Iguazú

O segundo ponto mais citado pelos entrevistados em relação ao curso à distância foi a facilidade de acesso, no sentido de proximidade. Agregado à esse fator está o poder econômico, uma vez que deslocar-se até outra cidade para frequentar um curso presencial custaria em torno de R\$ 300,00 por mês gastos em material, transporte e mensalidade, segundo o cálculo de um professor entrevistado que assistiu aulas todos os dias úteis, em Cascavel, a 106 km de Nova Prata. Ainda dentro do quesito “facilidade de acesso”, outro ponto citado por entrevistados foi o cansaço resultante das viagens até outros municípios. Um professor relata que para participar de um curso em Francisco Beltrão, a 75 km de Nova Prata do Iguçu, precisava partir às 16 horas e voltar por volta das 2 horas da manhã. Além dos custos já citados, alguns educadores precisavam que alguém os substituísse na escola, aí soma-se mais uma despesa. A secretária de educação, auxilia em 50% nos gastos com transporte dos alunos para as universidades e instituições regionais.

A oportunidade foi citada por vários professores entrevistados como questão positiva do ensino à distância. A falta de tempo, justificada pelo trabalho na escola e pela manutenção da vida pessoal, impedia os professores de se aperfeiçoarem. Uma professora conta que “o curso é ótimo, a gente não cansa”, ela acrescenta que “na hora de folga estou com um livro lendo”. Ou seja, as aulas não apenas fechavam com os horários como incentivavam outras atividades que incrementavam a formação. Na categoria oportunidade inclui-se também o baixo custo, já que a prefeitura incentiva a frequência, mas não financia os cursos. Um ponto a ser revisto, uma vez que não só os alunos e os professores, mas também o município ganha mais verba de acordo com o índice do IDEB. Por outro lado, como o dinheiro sai do bolso do professor, a situação acaba servindo de incentivo, junto com o interesse pelo aprendizado citado várias vezes, para dedicar-se ao curso.

O material de apoio foi a questão positiva menos citada. “Só pela televisão não funciona”, comenta uma professora. Porém, falas de dois entrevistados como “teríamos que ler alguns livros com mais frequência” e “tem que estudar bastante porque tem que ler livros” pressupõe que a leitura é vista com certo desconforto. Um fator para tanto citado pela secretária de educação é a falta de uma livraria ou biblioteca mais consistente na cidade. Ela afirma que os professores-alunos recebem indicação filmes também, porém não se sabe se as sugestões são seguidas já que na cidade não existe uma videolocadora e ainda há relutância quanto ao uso da internet, como descrito a seguir.

Os cursos mais citados pelos professores, em entrevistas de 2008, foram os da CNS, em torno de 80 participantes na época, e da UCB, 48 alunos de pedagogia no mesmo ano. O primeiro, diploma o aluno em três anos. As aulas são divididas por disciplina e acontecem segundas e quartas-feiras à noite e as teleconferências, com tutor, uma vez por mês, no domingo. A proposta da UCB é formar o aluno em nove meses. O curso é presencial, e acontece uma vez por semana durante quatro horas, a carga horária é

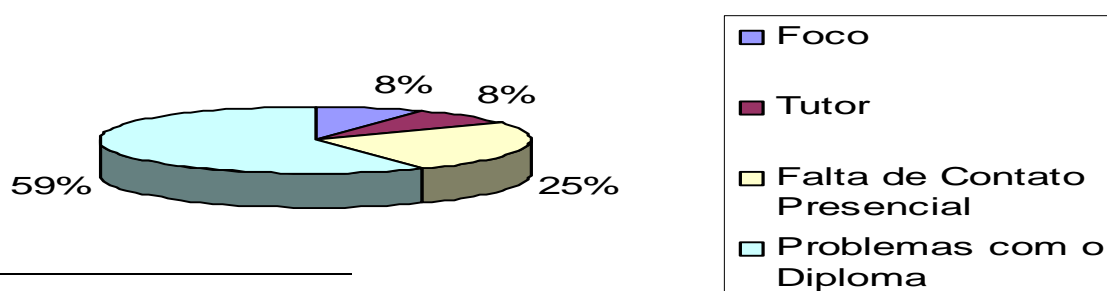
de 442 horas. Como no ensino tradicional, os alunos devem prestar exames e tem apoio bibliográfico. As aulas da UCB contam também com recursos auditivos. A Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) havia implantado um portal no qual o aluno do curso à distância tinha acesso à fóruns de discussão, porém o serviço não foi muito difundido porque quase nenhum professor de Nova Prata do Iguazu tinha acesso à internet. A secretária de educação do município acredita que ainda é cedo para incluir aulas *on-line* no currículo. Ela constata que na cidade o acesso à informática ainda é restrito e que principalmente os professores não estão preparados para estudar por meio de *sites* como o Moodle⁸. De fato, a tecnologia ainda parece ser uma barreira para os professores. No entanto, alguns fazem de sua dificuldade um incentivo a mais para se atualizarem, como afirma uma professora: “Nessa era informatizada parece que a criança nasce sabendo tudo. [...] É preciso estar numa busca constante senão você [o professor] perde para o aluno”. A Unioeste (Universidade do Oeste do Paraná), umas das mais citadas, oferece cursos presenciais, com professores vindos de Curitiba, a cada quinze dias, nos sábados, o dia todo. A carga horária é de 306 horas e as aulas contam com recursos auditivos.

Pontos Negativos

Em 2008, aproximadamente 35 mil pessoas no Paraná se formaram por algum curso à distância. Na época em que as entrevistas foram feitas, os professores de Nova Prata do Iguazu haviam concluído cursos pela Vizivale há três anos e ainda não haviam recebido os diplomas. Primeiramente, os papéis para a diplomação precisariam ser assinados pela Universidade de Ponta Grossa (UPG), pela Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) e pela União Educacional de Cascavel (Univel), e em seguida deveriam seguir para Brasília. Um problema administrativo impediu que os alunos recebessem o diploma, mas mesmo assim foram contratados e alguns já trabalham em outras cidades, como Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Cascavel. O impasse com o diploma fez com que a maioria dos entrevistados citassem esse fator como ponto negativo (ver gráfico 2)⁹.

Gráfico 2

Pontos negativos mais citados



⁸ <http://www.moodlebrasil.net/moodle/login/index.php>, portal universitário que abriga serviços de ensino a distância

⁹ Gráfico referente aos pontos negativos mais citados em entrevistas feitas em 2005 com professores de

O segundo tópico negativo mais citado é a “falta de contato presencial”. A principal reclamação é quanto à possibilidade de sanar dúvidas em tempo real. Para obter uma resposta, é preciso esperar as datas das teleconferências. Uma das professoras entrevistadas, que cursou aulas tanto à distância quanto presenciais, demonstra preferência pela segunda opção: “Comparando, o [curso] presencial agradou mais. Tinha a questão das dúvidas que surgiam e tu podias dialogar com o professor, no outro, tu até podias repetir a fita, mas não é a mesma coisa”. A falta de orientação direta, além de eventualmente ser desmotivadora e monótona, pode gerar equívocos, já que as dúvidas não resolvidas permanecem latentes. Arelado a essa questão, está a figura do tutor, cujo nível de instrução não foi revelado nas entrevistas.

Uma turma de educação à distância indicou problemas com o instrutor acompanhante. Uma entrevistada comenta em relação ao caso: “Acho que tinha que ter uma orientação mais séria para que possamos entender as matérias, o outro professor [que foi substituído durante o curso] não acompanhava muito”. Ela afirma que o antigo tutor “não entendia muito, ele dava a informação e puxava coisas que não tinham nada a ver”. A substituta agradou mais a turma. Segundo entrevistados, ela era mais experiente e conseguia explicar melhor quando surgiam dúvidas. Outro ponto comentado em relação ao instrutor foi a diferença social. Como a professora substituta era conhecida pelos professores, a relação interpessoal se tornou mais acessível.

O foco do trabalho também foi detectado como questão negativa. Para alguns professores, um dos cursos voltou-se demais para empreendedorismo na escola e gestão de pessoas, enquanto que o objetivo dos alunos em relação às aulas era aperfeiçoar seus conhecimentos em pedagogia e assuntos relativos.

Outro fato citado entrevistados foi a assiduidade de alguns professores. Muitos cursos fornecem apostilas e CDs com a matéria tratada, o que serve de convite para alguns a não frequentar as aulas presenciais. “Muitos não vão na aula, ‘aprendem por si’”, relata uma entrevistada. Essa prática pode levar a conclusões precipitadas sobre a matéria e, se as dúvidas não forem esclarecidas, os cursos podem acabar formando professores incapacitados. O fato de muitos professores estudarem no mesmo curso, pode ser outro ponto problemático. Dessa forma, os tutores se repetem e passam o mesmo conteúdo, sem confronto com ideias contrárias, e os alunos conhecem apenas um ponto de vista.

Ponderadas as críticas, deve-se retomar a importância do feito de Nova Prata do Iguaçu no âmbito educacional. Uma cidade do interior do Paraná, sem muito brilho até então, vence o destino comum da educação brasileira, de evasão e repetência, e forma profissionais capazes de incentivar seus alunos ao estudo. Não é a toa que atingiram os resultados supracitados que motivaram a presente análise. A secretária de educação vibra com os bons resultados: “Vou sair da secretaria com essa satisfação, que eu tentei puxar

todos os níveis [professores do ensino infantil, fundamental e médio] para voltar a estudar, para se dedicar e buscar o saber”. Já uma professora entrevistada vê não apenas a preparação dos educadores como diferencial, mas afirma que “a idéia de grupo aplicada na escola enriquece o ensino”.

Resultados do rendimento escolar

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Nova Prata do Iguaçu foi surpreendente, dadas as condições geográficas e sócio-econômicas da cidade. A análise de 2007 apontou média de 5.4 pontos no município. A projeção de resultado para 2021 é de 6.6 pontos, sendo que a meta fixada é de 6 pontos, média dos países desenvolvidos, em 2022, A escola Tereza Onofre apresentou o maior índice em 2007: 6.2, nota acima da média nacional das escolas privadas (5.6, segundo IDEB de 2007).¹⁰ De 2005 a 2007, o IDEB de Nova Prata do Iguaçu aumentou 0.9%. Nesse meio tempo, a Secretaria Municipal de Educação apostou na formação de professores através de cursos de educação à distância (EAD), com aulas gravadas em vídeo e com material impresso, tendo apoio de uma tutora e encontros semanais a noite em uma escola municipal. Os professores financiaram seu próprio curso, e no final não tiveram o seu diploma reconhecido, o que causou problema no reconhecimento não somente no curso de graduação, mas também nos cursos de pós-graduação realizados.

Esses resultados nos remetem novamente a questão da formação de professores, pois o freqüentado pelos professores de Nova Prata do Iguaçu deixou a desejar em termos de muitos dos padrões de qualidade discutidos na primeira parte deste trabalho especialmente em relação ao desenvolvimento de um profissional crítico e competente. Porém, levanta algumas questões sobre as necessidades de formação e as condições de trabalho dos professores municipais do ensino público brasileiro. As carências de formação e salariais deste profissional fazem com que um programa como este oferecido em Nova Prata atenda as necessidades de muitos dos docentes nacionais. Esta experiência deve alertar a Nova Capes que não existe um único programa de formação que atenda as necessidades de todos os docentes e que, muitas vezes, programas de formação que apresentam uma serie de limitações podem ter efeitos positivos nos resultados de aprendizagem dos alunos.

¹⁰ Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/Site/>

Referencias

- ALONSO, Kátia Morosov. Tecnologias da Informação e comunicação e Formação de Professores sobre Redes e Escolas. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 747-768, out. 2008 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- BARRETO, Raquel Goulart. As tecnologias na política nacional de formação de professores a distância: Entre a expansão e a redução. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 919-937, out. 2008 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- CASTRO, Marta Luz Sisson de. Formação, Desenvolvimento Profissional e Condições de Trabalho do Professor Municipal da Região Sul. Trabalho apresentado no Comparative Education Society of Europe realizado em Atenas, Grécia de 7 a 12 de Julho de 2008.
- CASTRO, Marta Luz Sisson de. Inclusão digital na educação municipal do estado do Rio Grande do Sul: Dois estudos de caso. Relatório final de pesquisa, Fapergs, 2006.
- CASTRO, Marta Luz Sisson de; SOUZA, Magda Vianna de. Integração da Universidade com o sistema de ensino: O caso da UNIJUI. Relatório de pesquisa não publicado, 2009
- FOLHA DE SÃO PAULO, Cotidiano, dia 28 de Maio de 2009.
- GIOLO, Jaime. A educação a distância e a formação de professores. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- MELLO, Guiomar Namó de. Formação Inicial de Professores para a Educação Básica uma Revisão Crítica. São Paulo :**São Paulo em Perspectiva**, 14 (1) 2000, 98-110
- MOON, Bob O papel das novas tecnologias da comunicação e da educação a distância... *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 791-814, out. 2008 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>